

Notícias Sindicais, 21/05/14

Diap, 20/05/14

João Guilherme: Quinta-feira e os dias seguintes

Temos muito que aprender da quinta-feira passada e o aprendizado começa por manter o empenho correto e eliminar os erros.

*João Guilherme Vargas Netto**

Foi uma quinta-feira de protestos, manifestações, passeatas, paralisações e confrontos, menores do que seus promotores previam e publicados nos meios de comunicação sob o lema duvidoso "contra a Copa".

Nesta caldeirada houve de tudo, até peixe podre. Desde as legítimas reivindicações salariais aos protestos violentos e desorientados "contra tudo", passando por mobilizações específicas de setores bem definidos (metalúrgicos de São Paulo, funcionários do McDonald's e do Idort, por exemplo).

Para o movimento sindical, como estratégia a ser continuada é preciso repensar o encaminhamento. A mistura indiscriminada na vala comum "do contra" não faz avançar nossas reivindicações e, pelo contrário, pode dificultar a busca de soluções pela perda do foco. O amálgama não é a verdadeira unidade de ação e serve a outros senhores (como comprovaram os rodoviários cariocas).

O caso dos metalúrgicos de São Paulo é típico. Acossado pelos juros altos, câmbio desequilibrado, desindustrialização e ameaça de perda de empregos, o sindicato se propôs (muito antes da fixação de uma data pelos outros participantes) a realização de paralisações e mobilizações nas suas principais concentrações operárias e o fez com o empenho de luta próprio do sindicato e sua organização.

Os participantes foram testemunhas do esforço pedagógico dos diretores com as palavras de ordem corretas, mas nossas manifestações foram confundidas na desorientação geral. Como se tratava de uma reivindicação setorial faltou o empenho unitário de agregar outros sindicatos metalúrgicos da grande São Paulo e do estado.

Assim corremos o risco do isolamento e derrota como vem acontecendo com o projeto do "lay-off alemão" das montadoras, devido ao exclusivismo de sua apresentação e ao posicionamento antitrabalhista da Anfavea.

Temos muito que aprender da quinta-feira passada e o aprendizado começa por manter o empenho correto e eliminar os erros.

() Membro do corpo técnico do Diap, é consultor sindical de diversas entidades de trabalhadores em São Paulo*

Diap, 20/05/14

Relator quer debater na Comissão de Justiça Convenção 158

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Reuniões acontecem terça-feira (20), às 14h30; e quarta-feira (21), às 10h, no plenário 1.

Término da relação de trabalho

A Comissão pode votar, nesta terça-feira (20), o Requerimento 203/14, do deputado Assis Melo (PCdoB-RS), para realização de audiência pública, com propósito de discutir a Mensagem 59, de 2008, que submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da Convenção 158, de 1982, da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Esta Convenção restringe a dispensa de empregado aos casos em que exista causa justificada relacionada com sua capacidade ou seu comportamento ou baseada nas necessidades de funcionamento da empresa, estabelecimento ou serviço.

Subcomissão especial para analisar e propor demandas da classe trabalhadora

Pode votar também o Requerimento 208/14, do deputado Assis Melo (PCdoB-RS) e outros, para criação de Subcomissão Especial para analisar e propor possíveis encaminhamentos para as demandas da classe trabalhadora constantes de proposições que se encontram em tramitação neste órgão técnico.

Historiador

Em pauta ainda o PL 4.699/12 (PLS 368/09), do senador Paulo Paim (PT-RS), que regulamenta a profissão de historiador e dá outras providências.

A relatora, deputada Fátima Bezerra (PT-RN) apresentou parecer ao projeto pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com emenda. Foi proferido o parecer da relatora, pelo deputado Alessandro Molon (PT-RJ).

Limite de despesas com pessoal

Os deputados podem votar o Projeto de Lei Complementar (PLP) 549/09 (PLS 611/07), do senador Romero Jucá (PMDB-RR), que acresce dispositivos à Lei Complementar 101, de 4 de maio

de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para dispor sobre limites às despesas com pessoal e encargos sociais da União e com obras, instalações e projetos de construção de novas sedes, ampliações ou reformas da Administração Pública.

Apresentou parecer ao projeto pela inconstitucionalidade e injuridicidade, o relator, deputado Anthony Garotinho (PR-RJ).

Reforma política

Há a possibilidade de ser analisada a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 352/13, do deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP), que altera os artigos 14, 17, 27, 29, 45 e 121 da Constituição, para tornar o voto facultativo, modificar o sistema eleitoral e de coligações, dispor sobre o financiamento de campanhas eleitorais, estabelecer cláusulas de desempenho para candidatos e partidos, prazo mínimo de filiação partidária e critérios para o registro dos estatutos do partido no Tribunal Superior Eleitoral, determinar a coincidência das eleições e a proibição da reeleição para cargos do Poder Executivo, regular as competências da Justiça Eleitoral e submeter a referendo as alterações relativas ao sistema eleitoral.

O deputado Esperidião Amin (PP-SC), relator da matéria, ofereceu parecer pela admissibilidade da proposta. Foi concedida vista conjunta aos deputados Cesar Colnago (PSDB-ES) e Leonardo Picciani (PMDB-RJ). O deputado Assis Melo (PCdoB-RS) apresentou voto em separado.

Auditor da Receita Federal do Brasil

O Colegiado pode votar a PEC 391/14, do deputado Paulão (PT-AL), que fixa parâmetros para a remuneração da Carreira de Auditoria da Receita Federal do Brasil (ARFB), da Carreira de Auditoria Fiscal do Trabalho e das carreiras de Auditoria, Fiscalização e Arrecadação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios que sejam capital de estado ou com população superior a quinhentos mil habitantes e da Carreira de Nível Superior de Fiscal Federal Agropecuário.

Apresentou parecer pela admissibilidade da proposta, o relator, deputado Décio Lima (PT-SC). A matéria já teve o parecer proferido.

Exame preventivo

Pode ser analisada no colegiado as emendas do Senado Federal ao PL 843/07, que altera o artigo 453 da CLT, a fim de permitir a ausência ao serviço para realização de exame preventivo de câncer do colo de útero, de câncer da mama ou de câncer da próstata.

O relator, deputado Luiz de Deus (DEM-BA) proferiu parecer ao projeto pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa das emendas do Senado Federal.

Anistia de diretores de Santa Casa

Na pauta da Comissão o PL 4.986/09, do deputado Roberto Santiago (PSD-SP), que concede anistia para os diretores, gestores e empregados das santas casas de misericórdia, entidades hospitalares sem fim econômico, hospitais de natureza religiosa e entidades de saúde de reabilitação física de deficientes sem fins lucrativos que, durante sua administração, praticaram as condutas descritas no artigo 168-A, caput e parágrafo 1º do Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Ou seja, que pune aqueles que não recolhem o INSS.

O deputado Fábio Ramalho (PV-MG), relator do texto, apresentou parecer pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação.

Pessoal capacitado a reconhecer maus-tratos

Dentre os projetos em pauta pode ser apreciado o PL 4.569/08 (PLS 417/07), do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), que altera a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para obrigar entidades a terem, em seus quadros, pessoal capacitado para reconhecer e reportar maus-tratos de crianças e adolescentes.

O deputado Antonio Bulhões (PRB-SP), relator da proposta, apresentou parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com emenda, do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família, com subemenda, do PL 800, de 2011, e do PL 6.362, de 2009, apensados, com emendas. Proferido o parecer, foi concedida vista conjunta aos deputados Edson Silva (Pros-CE), Luiz Couto (PT-PB) e Rosane Ferreira (PV-PR).

Obriga polícia a registrar lesão causada por cassete

O Colegiado pode votar também o PL 6.125/09 (PLS 256/2005), do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), que disciplina o uso de cassetes e armas perfurocortantes pelos agentes de segurança pública, nas atividades de policiamento ostensivo, em todo território nacional.

O relator, deputado Silas Câmara (PSD-AM) ofereceu parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, do PL 2.122/11, do PL 3.599/12 e do PL 2.554/11, apensados, e do substitutivo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

Seguridade Social para reduzir a contribuição social

É possível que seja analisado ainda o PL 7.082/10 (PLS 161/09), da ex-senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), que altera os artigos 20 e 24 da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991, que

dispõe sobre a organização da Seguridade Social, para reduzir a contribuição social do empregador e do empregado doméstico; revoga dispositivos da Lei 9.250, de 26 de dezembro de 1995; e dá outras providências.

A deputada Sandra Rosado (PSB-RN), relatora da proposta, proferiu parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Concessão de anistia

Os deputados podem analisar o PL 4.786/12 (PLS 82/12), do senador Lobão Filho (PMDB-BA), que autoriza o Poder Executivo a reabrir o prazo para requerimento de retorno ao serviço de que trata o artigo 2º da Lei 8.878, de 11 de maio de 1994, que dispõe sobre a concessão de anistia nas condições que menciona, e dá outras providências.

O relator, deputado João Paulo Lima (PT-PE) ofereceu ao projeto parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Descontos nos salários dos frentistas

Retorna à pauta do colegiado o PL 1.673/99, do deputado Enio Bacci (PDT-RS), que dispõe sobre a proibição de descontos nos salários dos frentistas de postos de combustíveis em função da ocorrência da emissão de cheques sem fundos.

O deputado Vieira da Cunha (PDT-RS), relator da proposta, ofereceu parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com emendas; e pela inconstitucionalidade, injuridicidade e técnica legislativa do PL 1.749/99, apensado.

Dias de greve não sejam descontados do período de férias

É possível a análise do PL 6.739/06, do deputado Marco Maia (PT-RS), que altera e revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a fim de que os dias de greve não sejam descontados do período de férias do empregado.

O relator, deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ) ofereceu ao projeto parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. O deputado Vilson Covatti (PP-RS) apresentou voto em separado.

Negociação coletiva no setor público

Pode ser apreciado o PL 229/07, do deputado Chico D'Angelo (PT-RJ), que regulamenta a negociação coletiva de trabalho no setor público. A proposta cria a Mesa de Negociação Permanente.

O relator, deputado Assis Melo (PCdoB-RS) ofereceu ao projeto parecer pela inconstitucionalidade deste, do PL 966/07, apensado, e do substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Trabalho da gestante ou lactante em atividades, operações ou locais insalubres

Em pauta ainda na Comissão o PL 814/07, do deputado Sandes Júnior (PP-GO), que acrescenta dispositivo à CLT, para proibir o trabalho da gestante ou lactante em atividades, operações ou locais insalubres.

Apresentou parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto, o relator, deputado Anthony Garotinho (PR-RJ).

Regula o regime de sobreaviso

Os deputados podem analisar o PL 4.060/08, do deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT), que inclui parágrafos ao artigo 4º e altera a redação do parágrafo 2º do artigo 244 da CLT, para regular o regime de "sobreaviso".

O relator, deputado Dr. Grilo (SD-MG) ofereceu ao projeto parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, nos termos do substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. Proferido o parecer, foi concedida vista ao deputado Paes Landim (PTB-PI), que apresentou voto em separado.

Educador social

Pode ser analisado o PL 5.346/09, do deputado Chico Lopes (PCdoB-CE), que dispõe sobre a criação da profissão de educador e educadora social.

A relatora, deputada Iriny Lopes (PT-ES) proferiu parecer ao projeto pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, nos termos do substitutivo da Comissão de Trabalho. Foi nomeado relator substituto, deputado Fábio Trad (PMDB-MS), proferido o parecer, foi concedida vista ao deputado Edson Silva (Pros-CE).

Profissões liberais como categoria profissional diferenciada

A Comissão pode apreciar o PL 6.320/09, do deputado Maurício Rands (PT-PE), que altera o parágrafo 3º do artigo 511 da CLT, para incluir as profissões liberais no conceito de categoria profissional diferenciada.

O deputado João Paulo Lima (PT-PE), relator do projeto, apresentou parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Detetive particular

Em votação o PL 1.211/11, do deputado Ronaldo Nogueira (PTB-RS), que dispõe sobre a profissão de detetive particular, cria o Conselho Federal de Detetives do Brasil e os respectivos conselhos regionais.

O relator, deputado Marcos Rogério (PDT-RO) ofereceu ao projeto parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, nos termos do substitutivo da Comissão de Trabalho. Proferido o parecer, foi concedida vista ao deputado Delegado Protógenes (PCdoB-SP), que apresentou voto em separado.

Porte de arma de fogo para policiais das ALE e da CLDF

O colegiado pode votar o PL 1.966/11, do deputado Edson Pimenta (PSD-BA), que altera a Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas (Sinarm), define crimes. A matéria permite o porte de arma de fogo pelos integrantes dos órgãos policiais das assembleias legislativas dos estados e da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

O deputado João Campos (PSDB-GO), relator da proposição, ofereceu parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa à matéria. Foi concedida vista conjunta aos deputados Chico Alencar (PSol-RJ), Eliseu Padilha (PMDB-RS), João Paulo Lima (PT-PE), José Guimarães (PT-CE) e Leonardo Picciani (PMDB-RJ).

Altera denominação da categoria funcional de papiloscopista policial

A CCJ pode analisar o PL 2.754/11, do deputado Luciano Castro (PR-RR), que altera a denominação da categoria funcional de Papiloscopista Policial para Perito Papiloscopista.

O relator, deputado João Campos (PSDB-GO) proferiu parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. Foi concedida vista ao deputado Paes Landim (PTB-PI).

Portal da CUT

“Investir na formação da classe trabalhadora é chave para combater o neoliberalismo”, afirmou Vagner

20/05/2014

No Congresso da CSI, presidente da CUT defende que o tema tem “relevância estratégica na disputa política e ideológica com o capital”

Escrito por: Leonardo Wexell Severo, de Berlim-Alemanha

“A CUT entende que o investimento na formação da classe trabalhadora é chave para a construção de um novo modelo de sociedade, uma iniciativa com relevância estratégica na disputa política e ideológica com o capital. Em tempos de neoliberalismo, onde os economistas e a mídia conservadora se unem por uma pauta regressiva, precisamos nos qualificar para oferecer a nossa alternativa”.

A afirmação foi feita pelo presidente da CUT, Vagner Freitas, no debate promovido pela central estadunidense AFL-CIO, nesta terça-feira, em Berlim, durante o Congresso da Confederação Sindical Internacional (CSI), que reúne 1.500 delegados e delegadas de 161 países até a próxima sexta-feira na capital alemã.

Na oportunidade, o presidente da AFL-CIO, Richard Trumka denunciou a escalada neoliberal, “de ataques aos direitos dos trabalhadores”, lembrando como novas regras são criadas para beneficiar cada vez mais uma minoria de empresas. Num contexto de intensa disputa contra o retrocesso, declarou Trumka, a ampliação dos investimentos na educação sindical e sua articulação com as mídias sociais são passos inadiáveis para democratizar o conhecimento e potencializar o enfrentamento. O sindicalista estadunidense citou o exemplo positivo da CUT-Brasil no seu relacionamento com a base para defender uma maior aproximação e troca de experiências entre as entidades filiadas à CSI.

De acordo com Vagner, a eleição do professor João Felício, secretário de Relações Internacionais da CUT, para presidir a CSI, possibilitará fazermos uma “revolução na educação” a nível internacional, por todo o acúmulo e experiência que trará à entidade também neste campo.

EXPERIÊNCIAS - Entre outras iniciativas, ressaltou o presidente cutista, a Central desenvolve uma parceria com a Universidade de Campinas (Unicamp), em que lideranças e trabalhadores de base têm aprofundado seus conhecimentos, num curso de mestrado em Economia voltado para o mundo do trabalho. Com a Universidade Global do Trabalho (Global Labour University – GLU), disse Vagner, há vínculos com as Universidades de Kassel (Alemanha), Joanesburgo (África do Sul), Mumbai (Índia) e da Pensilvânia (Estados Unidos), que oferecem cursos em Economia, Regulação do Trabalho, Direitos Internacionais e Globalização.

Portal da CUT

CUT-BA acompanha rodada de negociação dos Rodoviários da Bahia

20/05/2014

Secretário de Juventude e secretário de Formação Adjunto da entidade são os nomes escolhidos para a ação

Escrito por: CUT-BA

Nesta quinta-feira(20), em Salvador, será realizada a próxima rodada de negociação entre dirigentes do Sindicato dos Rodoviários e o patronato, na sede da Superintendência Regional do Trabalho. O secretário de Juventude da CUT-BA, Tiago Ferreira, e o secretário de Formação Adjunto da CUT-BA, Antônio Mário, ambos da base dos rodoviários, acompanharão a atividade. A expectativa é que haja avanços e que seja evitada uma possível greve.

A importância de evitar a greve e a necessidade de avançar no diálogo são destacados por Tiago como pontos fundamentais da reunião de mediação. "Não queremos uma greve e vamos continuar abertos ao diálogo. Entretanto, não vamos abrir mão de nossa luta pela redução da jornada para seis horas diárias, pois isso reflete nas condições de vida e saúde dos trabalhadores e em benefícios para a sociedade em geral", coloca.

A luta em defesa da categoria na Bahia e no Brasil são pontos citados por Antônio, que tem acompanhado a luta dos rodoviários de outros estados, a exemplo de Pernambuco, onde esteve na semana passada. "Entendemos que é preciso fortalecer a luta dos companheiros de todo o Brasil, ajustando a nossa luta e defendendo os princípios CUTistas, com sindicatos cada vez mais fortes e atuantes", afirma.

A principal reivindicação dos rodoviários é a redução da jornada de trabalho para 6h. Mas os trabalhadores também reivindicam 15% de reajuste salarial, ticket de R\$20,00, fim da dupla função para motorista e Participação nos Lucros.

Portal da CUT

Depois da pressão, Mercedes convoca Sindicato dos Metalúrgicos do ABC para negociar

20/05/2014

Montadora quer mudar cálculo da PLR e sugeriu que os trabalhadores abrissem mão do reajuste na data-base deste ano

Escrito por: Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

Os trabalhadores na Mercedes retomaram a produção nesta segunda (19), depois que a empresa chamou a representação para prosseguir as negociações sobre a Participação nos Lucros e Resultados.

Na última sexta à tarde, os companheiros no segundo turno – cerca de três mil – haviam interrompido totalmente a produção e ido para casa em protesto contra as mudanças que a direção da montadora pretende fazer no cálculo da PLR.

A decisão foi tomada em assembleia realizada ainda na sexta no pátio da empresa e deixou o interior da fábrica totalmente vazio.

A assembleia também definiu que para dar sequência ao movimento, todos os companheiros que trabalhariam normalmente no sábado não assumiriam seus postos, o que realmente aconteceu.

Só após toda essa mobilização a direção da Mercedes chamou o CSE para uma reunião e o movimento foi suspenso.

O encontro entre os representantes dos patrões e o CSE começou às 10h30 e até o fechamento desta edição da Tribuna não havia terminado.

Segundo Max Pinho, integrante da coordenação do CSE, o movimento começou depois que a montadora propôs a mudança do cálculo da PLR e sugeriu que os trabalhadores abrissem mão do reajuste na data-base deste ano.

"As negociações sobre a Participação nos Lucros e Resultados estavam emperradas", contou. "O impasse acontece porque já temos uma estrutura simplificada de cálculo, que prevê um determinado valor por veículo produzido", prosseguiu.

"A empresa, porém, quer alterar esta estrutura e voltar para uma estrutura antiga, que consideramos prejudicial aos interesses dos trabalhadores", disse Max. "E para nós é ponto de honra manter a estrutura atual", afirmou.

Com o impasse, a Mercedes falou em uma reunião que só avançaria as negociações da PLR caso os trabalhadores abrissem mão do reajuste da data-base de 2014.

A proposta desagradou profundamente os metalúrgicos e desencadeou o movimento.

Portal da CUT

Servidores da UnB ocupam portaria da reitoria e defendem pauta da greve

20/05/2014

Um dos principais itens reivindicados refere-se a jornada de trabalho de 30 horas semanais, sem ponto eletrônico

Escrito por: CUT-DF

Os servidores técnico-administrativos da Universidade de Brasília - UnB ocuparam as portarias do prédio da reitoria da Universidade, nesta segunda-feira (19). O objetivo dos servidores, em greve desde o dia 17 de março, foi pressionar a reitoria para atender a pauta de reivindicação dos trabalhadores, que traz como um dos principais itens a jornada de trabalho de 30 horas semanais, sem ponto eletrônico.

Além da redução da jornada de trabalho, que hoje é de 40 horas semanais, os técnico-administrativos também reivindicam a revogação da terceirização do Restaurante Universitário, o reconhecimento de títulos obtidos em países membros do Mercosul para fins de incentivo à qualificação e à progressão funcional, entre outros pontos.

A atividade contou com a participação do Comando Nacional de Greve da Fasubra, federação que representa os técnico-administrativos das instituições federais de ensino superior.

Pauta no Consuni

Depois da pressão dos servidores técnico-administrativos, com o apoio da CUT-DF, o reitor da UnB, Ivan Camargo, aceitou pautar no Conselho Universitário – Consuni os pontos de reivindicação defendido pelos trabalhadores.

O tema começou a ser discutido na reunião do Conselho realizada no dia 25 de março, que contou com o apoio de diversos sindicatos filiados da base da CUT Brasília. Entretanto, a reunião foi encerrada sem que o debate fosse finalizado. Apesar do compromisso do reitor de dar continuidade às discussões, de lá para cá, não houve nova convocação para reunião do Consuni.

Assembleia

Os servidores técnico-administrativos da UnB realizam assembleia nesta terça-feira (20), no prédio da reitoria. A categoria avaliará o movimento grevista, que é realizado em nível nacional.

Em todo o país são 180 mil trabalhadores técnico-administrativos e pensionistas, em 53 instituições federais de ensino superior.

Portal da CUT

Greve na educação estadual do Espírito Santo passa de um mês e governo continua intransigente

20/05/2014

Enquanto milhares de alunos continuam sem aula, governo prefere buscar a criminalização do movimento a negociar com o magistério

Escrito por: CUT-ES

A greve na educação pública estadual já chega a 33 dias no Espírito Santo e até hoje o governo do estado não se dignou a apresentar qualquer proposta para o magistério público estadual, limitando-se a se ancorar na criminalização do movimento, já que a Justiça considerou a greve ilegal.

O governo de Renato Casagrande (PSB) também se sustenta no argumento de que não pode conceder a correção da inflação devido ao período eleitoral. Esse argumento não convence, porque reposição inflacionária não é reajuste salarial e sim cumprimento da Constituição Federal.

Há, além do reajuste nos salários, outras reivindicações que compõem a pauta do magistério. Entre estas, está a instituição de eleição direta para diretores e coordenadores de escolas. O governo estadual não negocia essas reivindicações, parecendo preferir manter as escolas como cabides de empregos de apadrinhados políticos, ao invés de investir profundamente em sua qualidade.

O momento é de impasse. Na próxima quarta-feira o magistério estadual se reúne em nova assembleia para deliberar sobre a continuidade ou não da greve. O fato é que Renato Casagrande mostra que não está disposto a negociar nada em uma greve que poderia ter acabado no segundo dia, se não fosse a intransigência do poder público.

Agência Brasil, 21/05/14

Rendimento real do trabalhador cresce 4% nos últimos 12 meses

Nielmar de Oliveira - Repórter da Agência Brasil Edição: Talita Cavalcante

Os dados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) – divulgados hoje (20) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – indicam que, nos últimos 12 meses, a massa do rendimento médio real habitual da população ocupada passou de R\$ 45.348 milhões em abril de 2013 para R\$ 47.161 milhões em março de 2014, um crescimento de 4%.

Do ponto de vista regional, em março, o setor de serviços registrou crescimento nominal em todos os estados, em que pese a expansão menor em relação aos dois últimos meses. As unidades da Federação que registraram as maiores taxas de expansão foram Mato Grosso, onde o crescimento chegou a 20,4%, e o Distrito Federal (20,3%).

No Acre, o crescimento nominal do setor de serviços ficou em 15,1% e na Paraíba, 11,5%. As menores taxas foram registradas em Rondônia e no Piauí, ambas com 0,7%, em Roraima (1,2%), Sergipe (1,3%) e no Tocantins (2%).

Nos serviços prestados às famílias, as maiores taxas de crescimento foram observadas no Ceará (31%), Espírito Santo (21,8%) e em Goiás (16,7%). As menores taxas foram registradas no Distrito Federal (4,4%), Minas Gerais (4,7%) e Pernambuco (5,4%).

As menores taxas positivas foram observadas em São Paulo (4,4%), no Rio de Janeiro (5,6%) e Rio Grande do Sul (6,6%). Variações negativas foram registradas na Bahia (-9,9%), no Ceará (-2,9%), em Minas Gerais (-2,7%), Pernambuco (-2,4%) e no Espírito Santo (-1,2%).

Portal da UGT

Vitória dos trabalhadores: Condutores de São Paulo fecham campanha salarial de 2014

Em assembleia geral realizada nesta segunda-feira, dia 19, pelo Sindicato dos Motoristas de São Paulo, entidade filiada à União Geral dos Trabalhadores – UGT, os trabalhadores aprovaram a nova proposta apresentada pelo patronal, já que a primeira, que afrontou diretamente os trabalhadores (as), foi recusada.

Após o presidente Valdevan Noventa e sua diretoria afirmarem que patronal e poder público iriam conhecer a força da categoria e ver que com os direitos dos trabalhadores não se brinca, eles se amedontraram e acabaram cedendo e apresentaram a seguinte proposta:

- 10% no salário;
- Ticket mensal de R\$ 445,50;
- PLR de R\$ 850,00;
- Melhoria dos produtos da cesta básica (o Sindicato irá determinar as marcas);
- As mulheres terão direito a 180 dias de licença maternidade;
- Fim do Genérico
- Criação de uma Comissão para discutir as outras questões como convênio médico e a situação do setor de manutenção;
- O reconhecimento da insalubridade, dando o direito a Aposentadoria Especial aos 25 anos de trabalho.

Depois de apresentada aos trabalhadores (as) a proposta foi aprovada fechando, assim, a Campanha Salarial. O Acordo Coletivo 2014/2015 será assinado já na próxima semana. Está vitória veio através do comprometimento da diretoria do Sindicato e da força dos trabalhadores(as) que participaram ativamente de todo o processo da Campanha Salarial.

Um grande avanço

O Departamento Jurídico do Sindicato dos Motoristas de São Paulo trabalhou arduamente para provar, através de perícias realizadas em algumas empresas, o alto índice de Vibração de Corpo Inteiro (VCI) e com isso o reconhecimento da insalubridade.

Esse reconhecimento tem por consequência o direito dos trabalhadores (as) poderem se aposentar aos 25 anos de trabalho. Uma conquista histórica, que veio através do compromisso do presidente Noventa e de sua diretoria com a categoria.

Por Ana Paula Sarilio - 19/05/2014

Portal da UGT

Ferroviários de São Paulo aceitam proposta da CPTM e terão 7,5% de reajuste

Após nova reunião de conciliação realizada na tarde desta segunda-feira (19), no Tribunal Regional do Trabalho (TRT), os trabalhadores e trabalhadoras da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), que são representados pelo Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias de São Paulo (Ferroviários-SP), aceitaram a proposta feita pela empresa.

A CPTM ofereceu aumento de 7,5%; vale-alimentação de R\$ 247; vale-refeição com 24 cotas de R\$ 25, sem ônus, totalizando R\$ 600; auxílio-maternidade reajustado em 7,5%; e manutenção da nomenclatura de maquinista no novo PCCS (Plano de Cargos, Carreiras e Salários).

De acordo com Eluiz Alves de Matos, presidente dos Ferroviários-SP, no conjunto, a proposta foi boa para a categoria, mas as negociações continuam, pois algumas reivindicações não foram atendidas ou o Sindicato não teve tempo para avaliar cada proposta.

O dirigente se referiu ao novo modelo de PCCS implantado pela empresa, ao pagamento do PPR (Programa de Participação dos Resultados), que não entrou neste acordo, e a algumas pendências referentes à jornada de trabalho e à escala. A assembleia aconteceu na sede do Sindicato, que fica na região da Santa Ifigênia, no centro de São Paulo, e contou com a participação maciça da categoria, que mostrou união e fortalecimento da base ferroviária.

Por Fábio Ramalho – imprensa UGT

38% dos professores já sofreram agressão na região de Araraquara

Um levantamento do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) de Araraquara (SP) apontou que cerca de 38% dos professores já sofreram algum tipo de agressão. De acordo com o diretor do sindicato na cidade, Ariovaldo de Camargo, em média, um professor procura a entidade por semana. A Secretaria de Educação do Estado informou que adota medidas para enfrentar a violência.

O levantamento foi realizado a partir de um questionário entregue a 2,1 mil professores, entre dezembro 2013 e janeiro deste ano. Do total, 798 apontaram que já sofreram algum tipo de agressão física ou verbal. Contudo, a maioria das vítimas de violência não registram boletim de ocorrência, segundo a pesquisa do sindicato. "A escola não é uma ilha, ela retrata aquilo que a gente tem visto na sociedade em geral e tem sido constante o aumento da violência", disse Camargo.

A professora Isabel Cristina Sampaio de 50 anos morreu, em 2012, de infarto após uma discussão com um aluno em uma escola no Jardim Imperador, em Araraquara. De acordo com o filho dela, Adriano Sampaio Massei, Isabel reclamou cerca de 20 vezes para a diretoria da escola sobre o comportamento do estudante, mas nenhuma atitude foi tomada.

"Ele começou a agredir a minha mãe com ponta pés, socos, arranhões e até uma cadeira. Chamaram o socorro e levaram ela para uma sala para aguardar o atendimento médico, mas provavelmente ela já havia falecido dentro da própria escola", relatou Massei. A Secretaria Estadual de Educação foi procurada pelo Jornal da EPTV para comentar o caso, mas não respondeu.

Falta de punição

Julieta Lui é professora da rede estadual em São Carlos (SP) e já foi agredida duas vezes por alunos. Na última um estudante da 7ª série atirou um borracha em seu rosto enquanto caminhava pelo corredor da escola. Ela denunciou o aluno e registrou um boletim de ocorrência. Para a polícia, ele disse que a profissional o teria agredido com uma bengala, mas ela nega a acusação.

O estudante não foi punido pela escola e, para ela, isso contribui para aumentar a violência. "A impunidade tem servido muito para que a gente possa ser agredida diariamente. Infelizmente conheço e converso com os professores que estão chocados e, ao mesmo tempo, ficando doentes com essa situação", contou.

O diretor do sindicato afirma que violência atinge o professor diretamente na sua autoestima, traumatizando o profissional. "Eu amo dar aula, mas ao mesmo tempo eu tenho muito medo e receio porque a gente não sabe de onde vem a agressão. É tanta impunidade que não sabemos de onde se defender", disse a professora Julieta.

Prevenção

Segundo a Secretaria Estadual de Educação, na região central existem 84 educadores treinados para agir preventivamente. Ela também destacou que o combate à violência deve ocorrer em várias frentes, envolvendo a comunidade escolar e a família.

Fonte: G1 - 20/05/2014

No dia 28, estivadores decidem se farão paralisação nos portos

Estivadores de todo o País preparam mobilização, que será decidida no dia 28 de maio em reunião, em Brasília, com toda a estiva do Brasil, em protesto contra o descaso do governo, que não cumpre o acordo feito com a categoria na aprovação na Lei nº 12.815, a chamada Lei dos Portos, sancionada pela presidenta Dilma em 5 de junho de 2013. Segundo Wilton Ferreira Barreto, presidente da Federação Nacional dos Estivadores, quatro pontos não foram cumpridos pelo governo e pelos empresários do setor.

Barreto destaca que, à época da aprovação da lei, a presidenta da República afirmou aos estivadores que a aposentadoria especial estava garantida para a categoria. "Mas, na prática, o trabalhador enfrenta muitos empecilhos, e acaba não conseguindo os benefícios. Nós nos sentimos enganados pela presidenta Dilma", declara.

O governo e os empresários não cumprem a Convenção 137 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), e a Recomendação 145, medidas que estabelecem a necessidade de um estivador sempre que um navio estiver ancorado. Mas o governo não obriga as empresas a aplicarem a Convenção 137, já ratificada pelo governo brasileiro.

O governo quer mexer nas poligonais – áreas de abrangência do porto – para construir terminais fora da área do porto organizado. Entendemos que esta alteração é uma manobra do governo e dos empresários porque, nesses terminais, as empresas não são obrigadas a requisitar trabalhadores avulsos.

Por último, os empresários não querem reconhecer os estivadores como categoria diferenciada, e esta medida, além de mudar a nossa representação, dificulta a negociação coletiva direta com os terminais. São 42 mil estivadores no Brasil.

Fonte: Força Sindical - 20/05/2014

Portal Mundo Sindical

Motoristas de ônibus bloqueiam seis terminais de passageiros na capital paulista

Motoristas e cobradores de São Paulo bloqueiam neste momento seis terminais de ônibus da capital paulista em protesto contra o acordo fechado ontem (19) pelo sindicato da categoria e as empresas de ônibus. Além dos terminais de Pinheiros, da Lapa e de Pirituba, na zona oeste, os trabalhadores protestam no Princesa Isabel e Amaral Gurgel, no centro da cidade, e Sacomã, na região sul da cidade.

Segundo a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), os motoristas fecham também o cruzamento das avenidas Rio Branco e São João, na região central da capital, localizada nas imediações do Largo Paissandu.

O Sindicato dos Motoristas de São Paulo informou que o protesto é organizado por um grupo insatisfeito com a proposta aceita pela categoria em assembleia realizada ontem. A proposta patronal prevê aumento salarial de 10%, R\$ 850 de participação nos lucros e resultados (PLR), aumento de R\$ 16,50 no vale-alimentação e 180 dias de licença-maternidade, além de reconhecimento de insalubridade.

A SPTrans, empresa municipal que administra o transporte público na cidade, informou que a Polícia Militar foi acionada e que solicitará ao Ministério Público de São Paulo a apuração das responsabilidades sobre as paralisações registradas na manhã desta terça-feira, que prejudicam a operação do sistema para os usuários de ônibus especialmente na região central, oeste e sul da cidade.

Fonte: Agência Brasil - 20/05/2014

Portal da CUT

Só reforma política pode tirar força da bancada ruralista, diz Gilberto Carvalho

20/05/2014

Ministro afirma que poder econômico é proeminente no Congresso e admite que reforma agrária ficou aquém do esperado no governo Dilma

Escrito por: Mariana Melo - Carta Capital

Em Juazeiro (BA), o ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria Geral da Presidência da República, deixou clara a dificuldade do governo federal em lidar com a chamada bancada ruralista, formada por parlamentares ligados ao agronegócio. Na segunda-feira 19, durante o III Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), Carvalho recebeu demandas dos movimentos sociais do campo em relação às demarcações tardias ou inconclusivas de terras e ameaças do agronegócio às áreas que já contam com assentamentos. Quilombolas, indígenas e outras minorias entregaram carta a Carvalho, endereçada à presidenta Dilma Rousseff, mas o ministro admitiu a dificuldade de fazer andar no Congresso as demandas deste tipo.

Segundo Carvalho, somente com uma reforma política é possível combater as bancadas que agem de acordo com os interesses econômicos de determinados setores da economia. "Enquanto houver bancada no Congresso de interesse de latifundiários e industriais, e uma bancada de trabalhadores e movimentos populares tão resumida quanto nós temos, nós não vamos conseguir avançar", afirmou Carvalho. "Os princípios que estão nessa carta não representam, infelizmente, a opinião da maioria da população. (...) Sem realizarmos a reforma política, essa carta não será aceita. Não há correlação de forças para que as questões essenciais que estão dadas nesta carta possam se tornar realidade."

Para o ministro, a atual formação do Congresso não representa a maioria dos brasileiros. "Temos de mudar a estrutura política e eleitoral do Brasil, é preciso estabelecer mecanismos de participação social deliberativos", afirmou. Carvalho manifestou preocupação com o uso do poder econômico no regime democrático. "Nós temos de ter um Congresso Nacional que represente a maioria dos brasileiros e não apenas minoria com poder econômico e isso não se fará sem alteração da legislação eleitoral e o fim do financiamento empresarial de campanha, porque hoje se elege quem tem mais dinheiro, o que estabelece uma dependência do setor econômico."

Manifestações

Na manhã de segunda-feira, antes da fala de Carvalho no evento, cerca de 1200 pessoas ocuparam a ponte Presidente Dutra, entre Petrolina (PE) e Juazeiro (BA), para protestar contra o tratamento dado aos pequenos produtores no Brasil. Sob gritos como "O agronegócio só é bom pro

empresário" e "Agricultura é vida, agronegócio é morte", os manifestantes impediram por meia hora o fluxo de carros nas duas faixas da ponte.

Carvalho negou que esse tipo de manifestação assuste o governo. Segundo ele, as manifestações representam um processo adiantado de democracia. "Se tem uma coisa que não assusta o governo são as mobilizações. Acabou aquele Brasil das pessoas votarem e irem pra casa. Tudo que nós sonhamos na nossa geração foi justamente isso, uma sociedade mais mobilizada. Seria muito contraditório a gente reclamar disso", afirmou. "É muito melhor a gente dialogar com esses setores que fazem avançar o processo do que você ter uma massa inerte ou você ter aqueles que jogam sem falar na rua mais fazendo pressão em outros meios, pedindo medidas não populares, que não interessam ao povo. Esse tipo de manifestação interessa pra nós."

Carvalho manteve o discurso sobre os protestos contra a Copa do Mundo. "Na Copa do Mundo, a gente tem certeza que terá manifestações. Qual a nossa preocupação? É que tudo ocorra dentro da normalidade democrática, que cada um fale o que quiser, onde quiser, mas respeitando o direito do outro e evitando a violência. Manifestações como a de hoje são saudáveis e fazem parte dessa democracia pulsante que queremos construir no País, e que a sociedade está construindo."

Durante o ato dos agricultores em Juazeiro, não houve prisões ou qualquer atuação violenta da polícia e dos manifestantes.

Reforma Agrária

Carvalho admitiu no evento que o governo Dilma ficou aquém do esperado no desenvolvimento da reforma agrária. A demora para oficializar assentamentos e atender às demandas por demarcações foi constantemente levantada e diretamente levada a Carvalho pelos agricultores. Segundo o ministro, isso ocorreu porque não foi feita uma qualificação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para resolver o atraso nessa questão.

"Fundamentalmente, não foi feito um processo adequado e agilizado da aquisição de terras. Nós nos demos conta de que muitos assentamentos que nosso governo tinha feito, e que outros governos também tinham feito, formavam um processo de antirreforma agrária, na medida em que não permitiu a sobrevivência do agricultor. Tenha certeza de que essa questão [reforma agrária] é muito incômoda para a gente."

Ainda assim, o ministro destacou alguns investimentos que foram feitos à agroindústria e à agricultura familiar, para compensar de alguma forma, o tratamento ineficaz dado ao problema agrário. "De uma maneira geral, a situação do campo, em relação há 10 anos, é diferente. Temos uma agricultura familiar estruturada, temos o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), as cooperativas, uma política de renegociação de dívidas, enfim, acredito que conseguimos dar uma outra estrutura para a agricultura familiar. Agora, acho que alguns aspectos não andaram conforme o governo esperava, como a ampliação da aquisição de terras, o que eu acentuaria como o mais importante."

Evento

Com o intuito de responder à pergunta "Por que interessa à sociedade apoiar à agroecologia?", o III ENA reuniu, na cidade de Juazeiro, cerca de 2100 pessoas entre agricultores, pesquisadores, autoridades e representantes de movimentos sociais. Nos quatro dias de eventos foram realizadas discussões, palestras, feiras de troca de sementes, shows com artistas locais, entre outras ações. O evento foi organizado pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

Portal da CUT

"A questão agrária é o tema do século 21 no Brasil"

20/05/2014

Importância da reforma agrária foi destacada no III Encontro Nacional de Agroecologia;

Reconhecimento dos territórios das comunidades tradicionais também foi pauta

Escrito por: Anna Beatriz Anjos - Brasil de Fato

A reforma agrária foi uma das pautas discutidas durante a manhã deste domingo (18) no III Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), em Juazeiro, na Bahia. Para o sociólogo e professor da Universidade de Brasília (UnB), Sérgio Sauer, esse é um debate ainda muito atual.

"Talvez não nos termos em que a esquerda e os setores progressistas pensaram a reforma agrária, como um impedimento ao desenvolvimento do capital, mas acredito que a questão agrária é o tema do século 21", afirmou Sauer, que é também relator do Direito Humano à Terra, ao Território e à Alimentação da Plataforma Dhesca Brasil.

Ele explica: a terra é o cerne das crises ambiental e alimentar, dois dos conflitos mais alarmantes para a sociedade contemporânea, tanto no Brasil, como no exterior. O Relatório de Desenvolvimento Humano de 2013, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), indicou que o planeta pode ter uma "catástrofe ambiental" em 2050. Representantes da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), do Fundo

Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (Fida) e do Programa Alimentar Mundial (PAM) já alertaram também que o mundo está “em situação de perigo” quando o assunto é segurança alimentar, já que “poucos países são grandes produtores de alimentos básicos”.

“Não é possível discutir os problemas ambientais sem ter a perspectiva de que não temos ainda florestas hidropônicas ou plantadas no espaço, não temos rios que correm fora da terra”, explicou o sociólogo. “Setenta por cento das emissões de gases no Brasil é de responsabilidade do setor agropecuário. Isso diz respeito à forma com que a terra está sendo utilizada”, exemplificou.

Sauer esclareceu também como a questão fundiária se relaciona à problemática da alimentação. “Se a gente lembrar de 2012, quando o planeta atingiu a marca de 7 bilhões de habitantes, retomamos a necessidade de produzir alimento para toda essa população”, declarou. “A discussão não é só sobre ter disponível o alimento, mas sobre quem pode pagar por ele. O aspecto alimentar traz atualidade ao tema agrário, seja sua insegurança, seja a necessidade de repensarmos como produzimos alimento para a população mundial”.

Reconhecimento dos territórios dos povos tradicionais

Além da reforma agrária, a pauta incluiu o debate em torno do reconhecimento dos territórios dos povos tradicionais no Brasil. Estiveram presentes duas lideranças de comunidades diferentes, que relataram suas experiências.

Uma delas é Ana Claudia Marcos da Silva, moradora do Quilombo de Mumbuca, na região do Jalapão, leste do estado do Tocantins. Até os anos 2000, ela e seus conterrâneos viviam de forma semi-isolada. “A gente vivia no paraíso e sabia disso. Não sabíamos o que era Coca-Cola, o que era televisão – a primeira vez em que vi TV foi em 2001. Tínhamos uma forma de sobreviver. A vida fluía lá, não precisávamos do externo”, contou.

Em 2000, a criação do Parque Estadual do Jalapão ameaçou o povoado. Os moradores, que até então sofriam pouca influência externa, tiveram que se adaptar à situação para preservar seu território. “Quando os parques chegaram, a gente não sabia nem o que eles eram”, relembra. “Eu, com apenas 12 anos na época, pensava: ‘E agora? Meus pais não sabem ler, meus irmãos não sabem ler.’ A nossa responsabilidade era entender o que é parque, unidade de conservação, SNUC [Sistema de Unidades de Conservação], o que podia fazer, o que não podia, quais eram nossos direitos. Começamos a estudar.”

Silva reivindica que a ação do governo foi autoritária e que não houve qualquer consulta popular. “Não fizeram nenhuma audiência pública pra dizer pra nós o que era um parque. Nem sequer avisaram que ia ter um parque na nossa região”, criticou. “O estado passou muito tempo longe das comunidades e agora quer oprimir essas comunidades, para que elas não possam usufruir de seu próprio território.”

O outro líder a apresentar o caso de sua comunidade foi Joaquim Belo, presidente do Conselho Nacional das Populações Extrativistas – CNS, o antigo Conselho Nacional dos Seringueiros, fundado por Chico Mendes na década de 80. Ele, que vive no Amapá e há anos participa de movimentos sociais na Amazônia, falou sobre a luta em prol da criação das reservas extrativistas.

“O fruto dessa luta são os projetos de assentamento extrativista, as reservas de desenvolvimento sustentável, as FLONAs [Florestas Nacionais], os PDS [Projetos de Desenvolvimento Sustentável]. Esses territórios para uso coletivo, hoje já temos quase 40 milhões de hectares deles. Isso é uma conquista fantástica para um segmento que é marginal nas políticas públicas do governo”, destacou.

Ainda sim, Belo salienta que há muito a ser feito no sentido de garantir plenamente o direito das populações extrativistas. Em sua análise, o maior entrave é a dificuldade de se colocar em prática o que já está garantido por lei. “A nossa experiência de luta amazônica tem logrado resultados interessantes, mas a política de implementação é nosso gargalo. Se o Estado tem dificuldade de criar o território, para implementar políticas públicas tem muito mais. São ambientes para onde nenhum profissional quer ir. O médico, o professor não querem ficar lá”, declarou.

“Dar a cara a tapa”

O governo federal esteve representado na discussão. Roberto Vizentin, presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, admitiu que, em muitos casos, as unidades de conservação foram impostas pelo Estado e que as populações afetadas foram alijadas do processo.

“Precisamos dar a cara a tapa e reconhecer que muitas dessas unidades foram criadas de forma autoritária, sem a participação necessária, sem que as pessoas saibam direito”, afirmou. “A política ambiental não tem como se justificar e ter o apoio popular porque ela é socialmente injusta nessas condições.”

Ele informou que, a pedido da ministra Izabella Teixeira, o ICMBio apresentará um quadro com as situações de todas as unidades de conservação, apontando em quais delas há comunidades e assentamentos e detectando os casos de sobreposição. “Que a gente comece a enfrentar isso

diretamente com as populações, junto com o INCRA [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária]”, colocou.

Para Vizentin, é preciso que as comunidades protagonizem as tentativas de aperfeiçoamento das políticas. “A solução não pode ser tirada de dentro dos gabinetes de Brasília, porque existem contradições dentro governo, do Ministério do Meio Ambiente, do próprio ICMbio. Ainda há vozes que acham que essas comunidades precisam ser retiradas”, colocou.

Portal da CTB

Para Contag, diálogo com governo no 20º Grito da Terra é positivo

As audiências com o governo federal realizadas no 20º Grito da Terra Brasil estão sendo positivas, segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). As reuniões tiveram início na última terça-feira (13) e seguem até a próxima semana.

De acordo com a Contag o diálogo com governo no 20º Grito da Terra é positivo. Segundo o presidente da Contag, Alberto Ercílio Broch, a expectativa é que na terça (20) ou quarta-feira (21), o grupo seja recebido pela presidenta Dilma Rousseff. “Já negociamos a pauta com 15 ministros diretamente e os diálogos estão sendo positivos e respeitosos. Eles nos recebem, todo mundo tem o direito de falar, as negociações são muito duras, o clima às vezes esquentado, mas o tratamento é muito respeitoso”.

Broch explica que alguns pontos da pauta de reivindicações, com mais de 300 itens, já foram aceitos pelo governo e devem se consolidar na próxima semana. “É um misto de sentimentos: tem coisas que os próprios ministros sinalizaram que dá para avançar; outras ainda dependem do núcleo de governo decidir. Quando a reivindicação envolve recursos ou mudanças conjunturais, eles ainda estão se reservando o direito de discutir melhor”.

Nesta sexta-feira (16), o grupo de negociadores da Contag, com representantes das 27 federações dos Trabalhadores na Agricultura (Fetags), tem audiências marcadas nos ministérios da Justiça e do Planejamento. Na segunda-feira (19), as reuniões acontecem na Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Para terça-feira (20), o dia D do Grito da Terra, estão previstas mobilizações em todo o país.

Portal CTB com agências

Agência Brasil, 21/05/14

Exploração do trabalho forçado gera lucro de US\$ 150 bi por ano, diz OIT

Carolina Sarres - Repórter da Agência Brasil Edição: Helena Martins

A exploração do trabalho forçado no mundo gera lucro de US\$ 150 bilhões por ano – cerca de R\$ 331,5 bilhões –, segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Estima-se que 21 milhões de homens, mulheres e crianças sejam vítimas de exploração por uma rede ilegal que movimenta diversos setores – prostituição, agricultura, construção civil, mineração e trabalho doméstico, por exemplo. A exploração sexual é a atividade que gera maiores lucros. Os exploradores chegam a ter ganhos de US\$ 99 bilhões anuais, 66% de todo o lucro gerado no mundo com o trabalho forçado, de acordo com o relatório Estimativas Econômicas Globais do Trabalho Forçado da OIT, divulgado hoje (19).

Setores da economia, em geral, como construção, comércio, serviços, lucram US\$ 34 bilhões com o uso do trabalho forçado; agricultura e pesca, US\$ 9 bilhões; e trabalho doméstico, US\$ 8 bilhões. Se o lucro de todas as pessoas que exploram mão de obra fosse reunido, seria possível formar a renda de um país que ocuparia o 58º lugar entre os 189 países avaliados pelo Banco Mundial.

Do total de 21 milhões de pessoas exploradas, 90% estão na economia privada. Regionalmente, 56%, 12 milhões, estão concentradas na Ásia e no Pacífico e geram um lucro regional de quase US\$ 52 bilhões. Apesar da concentração de pessoas exploradas nessa região do mundo, a exploração nos países desenvolvidos é a que gera mais lucros por pessoa.

Cada trabalhador vítima de trabalho forçado nas economias desenvolvidas, as quais incluem Estados Unidos, União Europeia e Japão, por exemplo, gera um lucro de US\$ 34,8 mil por ano. No Oriente Médio, onde há o segundo maior lucro, são US\$ 15 mil. Na América Latina, os ganhos são de US\$ 12 bilhões por ano, com lucro de US\$ 7,5 mil produzido por cada vítima, a cada ano. A África e a região da Ásia e do Pacífico são os lugares em que os lucros são os mais baixos por pessoa: US\$ 3,9 mil e US\$ 5 mil, respectivamente.

“Essa é a primeira vez em que uma agência analisa esses dados [sobre trabalho forçado] de uma perspectiva econômica e quais são os fatores sociais que colocam as pessoas em risco de exploração de mão de obra”, destacou a estatística da OIT responsável pelo estudo, Michaëlle de Cock. De acordo com ela, o estudo aponta a relação direta entre a falta de educação, o analfabetismo e a falta de capacitação profissional dos pais e a vulnerabilidade de crianças à

exploração. Essa vulnerabilidade aumenta ainda mais quando as famílias são chefiadas por mulheres, que são particularmente afetadas pela exploração sexual forçada.

Apesar de a maioria das pessoas exploradas serem mulheres, sobretudo por causa do peso da prostituição, os homens são mais propensos ao trabalho forçado. "As mulheres são menos enganadas, elas checam mais as informações, estão acompanhadas de pessoas em quem confiam ou que as protegem", explicou Cock.

No estudo, a OIT constatou que a pobreza e os choques econômicos causados por fatores externos, políticos, econômicos, sociais ou ambientais evidenciam a carência de proteção social às populações, o acaba que colocando toda uma família em risco. Outro fator que contribui para a tendência ao uso de mão de obra forçada é a falta de políticas de migração. 44% das pessoas exploradas no mundo são migrantes, internos ou externos.

"Não sabemos bem quem se beneficia com essa exploração, quem são essas pessoas. Há grande necessidade por dados sólidos", apontou a estatística da OIT, Michaële de Cock.

Para enfrentar esse problema, entre as recomendações feitas pela organização para o combate ao trabalho forçado, está o aumento da base de dados dos países. De acordo com o oficial sênior da OIT, Houtan Homayounpour, é necessário que sejam feitas pesquisas nos países para que uma maior quantidade de informações seja reunida, possibilitando a formação de uma série histórica e a comparação da eficácia dos programas de combate ao trabalho forçado.

Outras recomendações são a implementação de leis e políticas fortes o suficiente para punir os responsáveis pela exploração; o aumento do acesso à educação e à capacitação profissional; a inclusão social e o acesso ao mercado de trabalho formal, especialmente por parte das mulheres; a formação de uma governança de migração; e a cooperação entre autoridades, como governos, ministérios, agências das Nações Unidas (ONU), e organizações não governamentais (ONGs).

"US\$ 150 bilhões é um negócio enorme. Esse lucro é gerado por atividades criminosas que não beneficiam os governo, porque não recebem impostos, nem as vítimas, por razões óbvias, nem as demais empresas que respeitam a lei, que são colocadas em desvantagem e não podem competir com isso. No fim das contas, não é bom para ninguém", concluiu o oficial Homayounpour.

Ele também aponta a necessidade de revisão das penas para exploradores dessa mão de obra, pois em muitos países as penas são brandas, como o pagamento de multa. No Brasil, por exemplo, a pena atual para empregadores condenados por exploração de trabalho forçado é a reclusão de dois a oito anos, com pagamento de multa de R\$ 380 por trabalhador em situação irregular.

O Código Penal brasileiro considera trabalho análogo ao escravo aquele que submete a pessoa a atividades forçadas ou jornada exaustiva, sujeitando-a a condições degradantes, com restrição de locomoção por razões físicas ou por dívida, mantendo vigilância ostensiva no local de trabalho ou tendo documentos ou objetos pessoais apropriados pelo empregador, com o objetivo de reter a pessoa em situação de exploração.

Tramitam, no Congresso Nacional, projetos para enfrentar a situação, como o projeto de lei que aumenta a pena e a multa ao empregador e a proposta de emenda à constituição (PEC) que prevê a expropriação da terra onde for constatado o uso de mão de obra escrava. As propostas, contudo, enfrentam resistências.

O relatório completo da OIT foi anunciado nesta segunda-feira em Genebra, na Suíça, e será divulgado amanhã (20) em Brasília. São esperados no lançamento dos dados, no Brasil, a diretora do escritório da OIT no país, Lais Abramo, o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Antônio José de Barros Levenhagen, a chefe do programa especial de Combate ao Trabalho Forçado da OIT, Beate Andress, a embaixadora dos Estados Unidos no Brasil, Liliana Ayalde, bem como representantes de entidades da sociedade civil que combatem o trabalho forçado.

SINDICATO NACIONAL DE TRABAJADORES DE LA INDUSTRIA DE ALIMENTOS (SINALTRAINAL) - COLOMBIA

Cuatro miembros de Fensuagro asesinados en Ipiales (Nariño)

Rebanadas de Realidad - SINALTRAINAL, Bogotá, 20/05/14.- El Movimiento de Víctimas de Crímenes de Estado (Movice) denuncia con dolor el asesinato de los cuatro jóvenes; el indígena Brayan Yatacue Secue, el afro descendiente José Yiner Esterilla, y los campesinos José Antonio Acanamejoy y Deivi López Ortega, este último menor de edad. Todos son miembros de Fundaprogreso, filial de Fensuagro-CUT (Federación Nacional Sindical Agropecuaria), organización integrante del Movice.

Los cuatro se hallaron muertos, heridos por arma de fuego, después de una serie de acciones militares irregulares contra la población civil en el corregimiento Cofaina Jardines de Sucumbíos por efectivos del Ejército Nacional.

Reiteramos nuestro clamor social por un cese bilateral al fuego para frenar más muertes de jóvenes colombianos. Expresamos nuestra solidaridad con las familias de los jóvenes asesinados cruelmente por miembros del Ejército Nacional.

Hechos

El día 16 de mayo, los cuatro jóvenes Deivi López Ortega, José Antonio Acanamejoy, Brayan Yatacue Secue y José Yiner Esterilla, se reunieron en la casa del señor Leonardo Obando, en el corregimiento Cofania Jardines de Sucumbíos, para planear su participación el día sábado 17 de mayo, en una actividad para celebrar el día de las madres, en la escuela de la vereda Alto Amarradero. Dado la hora tarde cuando terminan la reunión, los amigos se quedan en la casa del señor Obando.

El 17 de mayo 2014, cerca de la 1:30 A.M., en la vereda Alto Amarradero, corregimiento Cofania Jardines de Sucumbíos, pobladores del lugar escucharon el sonido de helicópteros que realizaban sobre vuelos en la zona, y luego desembarcó un grupo de militares pertenecientes a la Brigada Móvil No. 13 y al Batallón Energético y Vial No 9 "General José María Gaitán" adscritos a la VI división del Ejército Nacional.

El grupo de militares, en desarrollo de la "Operación Militar Némesis Mariscal Tres" realizó hostigamientos contra la población civil, entre ellos ataques indiscriminados por aire y tierra, allanamientos irregulares de hogares, expulsión de sus hogares a civiles, agresiones físicas y verbales, retenciones arbitrarias, amenazas y señalamientos.

A aproximadamente las 4:00 A.M., en inmediaciones del hogar del señor Leonardo Obando, se escuchó una explosión muy fuerte y unos disparos. Luego se escucharon voces y disparos de personas que llegaban al lugar y minutos más tarde un grupo de militares ingresaron a la fuerza a la casa del señor Obando, en donde lo amenazaron al interior de su hogar con llevárselo preso si no les permitía requisar el lugar.

Cuando el señor Obando salió de su casa vio los cuerpos sin vida de los cuatro jóvenes Deivi López Ortega, José Antonio Acanamejoy, Brayan Yatacue Secue y José Yiner Esterilla, vestidos con la misma ropa con las que llegaron a la casa.

Las Fuerzas Militares, han presentado estos muertos como guerrilleros de las FARC dados de baja en combate, alegación que los testimonios de la comunidad y las organizaciones sociales desmienten.

Contexto

Entre los otros hostigamientos contra la población civil que se dieron el 17 de mayo se encuentran los siguientes:

Los militares ingresan al hogar de la señora María Dolores Acanamejoy donde la encontraban junto con la señora Rosa Elvira Acanamejoy, los señores Florentino Navia y Eduardo de Jesus y los niños Erika Marcela Navia (de 10 años de edad) y Johan Yancarlos Navia (de un año de edad). Los militares además de intimidar y agredir verbalmente a los niños, mujeres y ancianos les exigieron a varios entregar sus teléfonos celulares.

Simultáneamente, otro grupo de militares ingresó a la fuerza a otros hogares campesinos y de afrodescendientes y procedieron a maltratarlos física y verbalmente, luego de amenazarlos les exigieron entregar sus teléfonos celulares y los obligaron a salir de sus viviendas.

El grupo de militares en ningún momento indican a los civiles agredidos una orden judicial para las requisas y allanamientos.

Exigimos

Que el gobierno nacional declare un cese al fuego bilateral, para poner fin a las atrocidades causadas por la continuación del conflicto armado y la violencia socio política.

Que las autoridades competentes realicen una investigación exhaustiva y seria para establecer los hechos, e identificar y sancionar a los responsables.

Que la comunidad nacional e internacional se pronuncie a favor del Derecho Internacional Humanitario, por la protección de los civiles en medio del conflicto armado, y para asegurar que se realice una investigación seria y real de los hechos.

Movimiento de Víctimas de Crímenes de Estado (Movice)

19 de mayo de 2014

www.movimientodevictimas.org

Organizado por Ernesto Germano